

FÃO DIZ QUE COMUNIDADE MACAENSE “NÃO SENTE” APOIO DO GOVERNO



Jorge Fão considera que o Governo “fala muito” do apoio à comunidade macaense, mas lamenta que a comunidade não sinta esse apoio que é apontado em discursos e em encontros. “Não precisamos de muito, mas é preciso demonstrar que somos uma pequena comunidade querida aqui em Macau”, afirmou, em declarações ao Jornal TRIBUNA DE MACAU, por ocasião dos 25 anos da APOMAC. O antigo deputado defende que o Chefe do Executivo e a sua equipa deviam ter uma maior proximidade com as associações, algo que tem existido da parte do Gabinete de Ligação, segundo frisou. Por outro lado, Fão e Francisco Manhão pedem mais apoios aos idosos, nomeadamente com demência, como a construção de lares e o aumento dos subsídios



CATARINA PEREIRA

O Governo “fala muito do apoio a este ou àquele sector da comunidade, particularmente à comunidade macaense”, contudo, Jorge Fão, antigo deputado e fundador da Associação dos Aposentados, Reformados e Pensionistas de Macau (APOMAC), admitiu, ao Jornal TRIBUNA DE MACAU, que a comunidade não sente esse apoio. “Vejo muita retórica nisto, o Governo tem estado a falar muito, diz que está a apoiar a comunidade macaense, mas não sentimos isto. Não estamos a sentir este apoio”, afirmou.

Jorge Fão refere que nos encontros com a comunidade e nos discursos oficiais é essa a narrativa, porém, “em concreto, não se vê este apoio à comunidade macaense”, reiterou. “E nós precisamos desse apoio. Não precisamos de muito, mas é preciso demonstrar que somos uma pequena comunidade querida aqui em Macau”, acrescentou, numa altura em que a APOMAC celebra 25 anos de existência.

A este jornal, o presidente da assembleia-geral da APOMAC disse que gostaria de ver, da parte do Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, e da sua equipa, mais proximidade. “Podiam fazer visitas periódicas às instituições, fazer perguntas, saber o que precisamos, o que está em falta... Não é só falar... Porque há dificuldades, particularmente económicas, e não sabemos a quem nos dirigir para as solucionar”, vincou, acrescentando que essas visitas existiam, mas, já no anterior Governo, liderado por Ho Iat Seng, deixaram de acontecer.

“É triste, porque, em contrapartida, os dirigentes do Gabinete de Ligação do Governo Central da China na RAEM têm estado a fazer visitas periódicas à APOMAC. Ainda recentemente tivemos a visita de um subdirector, acompanhado dos seus colegas. Fizeram uma grande visita à APOMAC, tiveram uma curta reunião connosco, ouviram-nos atentamente, perguntaram se estamos bem, se estamos mal... Trocámos impressões”, explicou Jorge Fão, considerando “esquisito” que assim seja.

Sublinhando que “gostaria de ver uma maior proximidade do Governo”, Fão apontou que, a existir, seria possível “melhorar tudo aquilo que há a melhorar”. “Não havendo esses encontros periódicos, é difícil. Acho que o Governo deve fazer um pouco mais”, defendeu.

Segundo disse, em Março enviou uma proposta ao Governo para o “reforço estrutural da protecção da pessoa idosa”, com a APOMAC a sugerir às autoridades a adopção de “medidas estruturais complementares às políticas sociais já existentes, com vista ao reforço da protecção, dignidade e autonomia da pessoa idosa”.

Note-se que, de acordo com os dados oficiais, a população idosa, ou seja, com 65 anos ou mais, voltou a crescer em 2025. Situou-se em 105.200 pessoas, correspondendo a 15,3% da população total. Já em 2023, Macau passou a ter uma sociedade envelhecida, sendo que, de acordo com as Projecções da População de Macau 2022-2041, nos próximos anos “o ritmo de envelhecimento populacional acelerará”. Prevê-se que a proporção de idosos em relação à população total continue a subir, atingindo 20,9% em 2041.

Tendo em consideração este cenário, a proposta da APOMAC incluiu aspectos como a criação do estatuto do cuidador informal, de um seguro público de dependência, de um programa de combate ao isolamento social, e de uma Comissão Permanente de Acompanhamento dos Assuntos dos Idosos. Segundo Fão, na réplica foi-lhe dito que a proposta foi encaminhada para a Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, O Lam. “Uma resposta lacónica. Vamos ver o que a outra parte diz”, notou.

Mais lares, mais subsídios

Quanto aos idosos, Fão observou que, de ano para ano, têm aumentado os casos de pessoas com demência e Parkinson em Macau. “Suponho que o Governo deve estar a par disto”, afirmou, lamentando que não haja lares direccionados a acomodar pessoas com estas doenças. “Há falta de asilos para estas pessoas, o Governo tem de pensar sobre isto”, considerou.

Na perspectiva do dirigente da APOMAC, o Executivo deve “criar mais lares”. Apontando que na Zona A estão a ser construídos diversos edifícios, Fão defendeu que alguns pisos desses empreendimentos poderiam ser destinados a lares de idosos. “Hoje em dia, como aqui não há lugar, há pessoas que vão à China, o mais perto possível de Macau, para estar naqueles lares”, indicou,

reconhecendo, porém que enfrentam dificuldades de comunicação e porque é mais difícil receberem visitas regulares, por exemplo.

“A população idosa ultrapassou a população jovem. Está comprovado que Macau precisa de asilos e lares”, defendeu. Na Zona A, vão surgir lares de idosos com cerca de 1.000 vagas, mas, para Jorge Fão, não chega. “Acho que não é suficiente, porque há muita gente à procura de lares e não tem tido vagas. E há quem esteja a pagar um balúrdio por uma cama, há pessoas a pagar mais de 10 mil patacas por mês, não é qualquer aposentado que pode suportar esse encargo”, alertou.

Por outro lado, defendeu que “o Governo deveria aumentar, periodicamente, o subsídio para idosos e para os idosos deficientes”. Questionado sobre essa periodicidade, o antigo deputado apontou para um aumento anual, devido ao aumento do custo de vida e às previsões um tanto cinzentas tendo em conta a guerra no Médio Oriente.

Na mesma linha, Francisco Manhão, também fundador da APOMAC e presidente da direcção da associação, referiu ao JTM que “o sistema de saúde é uma das coisas que mais preocupa a APOMAC”, mencionando concretamente, os doentes com demência, Alzheimer e Parkinson. “As pessoas com demência têm vindo a aumentar de ano para ano”, frisou, ressaltando, contudo, que os Serviços de Saúde se têm esforçado para responder ao problema.

Apesar dos esforços das autoridades, Manhão defende que “o Governo deve construir um centro próprio para cuidar e tratar as pessoas que sofrem de demência”, considerando que o apoio prestado pelas empregadas domésticas – a solução encontrada pela maioria das famílias – não é suficiente.

O “peso da idade”

Por outro lado, Manhão, sublinhou, no discurso que proferiu no jantar de comemoração do aniversário da APOMAC, que há alguma pressão sobre os dirigentes da associação. “Com o passar dos anos, sentimo-nos sobrecarregados, não só pela complexidade dos trabalhos, mas, acima de tudo, pelo peso da idade que cada um carrega nos seus ombros, apenas com o objectivo único de poder servir os mais necessitados”, afirmou.

Neste campo, Jorge Fão garantiu que irão continuar à procura das “pessoas mais indicadas” que possam continuar o trabalho feito até aqui. “Mas nem sempre é fácil, porque o trabalho é pró-bono. Se o cargo de Jorge Fão tivesse um ordenado de 30 mil era capaz de aparecer muitos candidatos, mas como não tem e ainda por cima às vezes ainda tem de entrar com dinheiro do seu bolso para uns extras, não aparecer ninguém”, lamentou, tendo esperança, contudo, de que apareçam “uns samaritanos” para lhes suceder. “Se não vierem, também não há crise, vou trabalhar enquanto posso. Se amanhã tiver de ir até à APOMAC de cadeira de rodas, vou. Não sou pessoa para desistir”, concluiu.

Fão e Manhão foram reconduzidos nos cargos no ano passado, com o mandato a estender-se pelo menos até 2028.

Manhão pede aumentos do cheque pecuniário e da verba da previdência central

Louvando a actualização do subsídio para idosos e de invalidez, que subiram ambos 1.000 patacas para 10.000, Francisco Manhão, presidente da direcção da APOMAC, defendeu que o cheque pecuniário e a verba da previdência central deveriam “ser aumentados no mesmo valor, porque nunca se mexeu” nos montantes, afirmou ao Jornal TRIBUNA DE MACAU. “Acho que é altura de o Governo actualizar esses valores”, considerou. Manhão disse também que o Executivo “deveria conceder novamente o cartão de consumo para os residentes permanentes”, pois “está claro que faz muita falta à terceira idade”. Não desfazendo o actual sistema em que são proporcionados descontos para incentivo ao consumo, o líder associativo considera que, com o cartão de consumo, além de serem ajudadas as pequenas e médias empresas também a população sairia mais beneficiada.

Fonte: Jornal Tribuna de Macau